

## A construção do sentido numa propaganda

---

letrônica

---

Noemi Luciane dos Santos\*

### 1 Introdução

Neste trabalho, analisamos a construção do sentido numa propaganda<sup>2</sup> tendo como apoio os fundamentos da Teoria da Argumentação na Língua (TAL), desenvolvida por Oswald Ducrot e colaboradores. Utilizamos, em especial, conceitos abordados em sua atual fase de desenvolvimento, conhecida como Teoria dos Blocos Semânticos (TBS). Entende-se que a aplicação destas teorias possibilita-nos atingir um nível de compreensão leitora que está além do nível de compreensão de um leitor comum. Isso remete a uma possível contribuição das mesmas para o ensino da leitura e, por que não dizer, também para o ensino da produção textual. A seguir, apresentamos os conceitos que subsidiam este trabalho, a análise do texto e as considerações finais.

### 2 Teoria da Argumentação na Língua (TAL)

De acordo com a TAL, a argumentação está inscrita no léxico da língua. O homem, ao utilizar o sistema lingüístico para produzir linguagem para um determinado interlocutor, elabora pontos de vista acerca de um tema, o que significa dizer que utiliza a língua para argumentar. Assim sendo, Ducrot e seus colaboradores refutam a concepção tradicional de argumentação, dizendo que a argumentação não depende do mundo exterior à linguagem, nem das condições de verdade pertencentes a ele, mas, sim, decorre do sentido construído na e pela própria linguagem.

---

\* Doutoranda em Letras-Lingüística Aplicada, PUCRS; Bolsista CAPES.

<sup>2</sup> Adotamos o termo *propaganda* porque o texto analisado não tem objetivo comercial. Sobre isso, sugerimos consultar Barreto (1981) e Sant'anna (1998).

A TAL filia-se ao estruturalismo saussuriano, tomando deste as noções de relação e de língua e fala. A noção de relação, em Saussure (2000), determina que um signo constrói sentido pela oposição a outros signos existentes, e que deve ser descrito independentemente de seu uso. Para Ducrot, o signo é a frase complexa e seu significado depende das possibilidades de combinação com outras frases, portanto, sua descrição deve ser feita de acordo com o uso. A noção saussureana de língua diz respeito a sistema, a conjunto de convenções. A língua é objeto abstrato, o aspecto social e passivo da linguagem. A fala é objeto empírico concreto, observável. É o aspecto individual e ativo da linguagem, é realizada pela vontade única de um falante. As intenções do locutor bem como o valor que ele atribui aos enunciados produzidos revelam-se na própria fala. A língua, enquanto objeto teórico, contém referência à fala. A enunciação deve ser introduzida na frase, e aceita como fato geral. Além disso, deve-se considerar a frase como um elemento criado para explicar e/ou representar a própria realização da fala. Nas seções seguintes serão expostos alguns conceitos que integram a Teoria da Argumentação na Língua, e que julgamos essenciais para a compreensão da análise aqui proposta.

## 2.1 Polifonia e Bloco Semântico

Para Ducrot (1988), o autor de um enunciado, ao se expressar, coloca em cena um certo número de personagens, e o sentido do enunciado decorre da confrontação dos diferentes sujeitos, das diferentes vozes que nele aparecem. Tais sujeitos possuem *status* lingüísticos diferentes e remetem a três funções no discurso. Na função de *sujeito empírico* (SE) está o autor do enunciado, o qual nem sempre é fácil determinar. Na função de *locutor* (L) está a pessoa a quem se atribui a responsabilidade pela enunciação no próprio enunciado. Ele deixa marcas no enunciado, tais como as de primeira pessoa (eu, me, mim, etc.) e o *aqui* e o *agora* da enunciação. A terceira função é a de *enunciador* (E), que é a origem dos diferentes pontos de vista apresentados no enunciado. Os enunciadores não são pessoas, mas sim pontos de perspectiva abstratos.

Para se descrever o sentido, então, é necessário resgatar os pontos de vista apresentados e a posição do locutor em relação eles. Ducrot (1988) prevê três possibilidades de posicionamento do locutor: concordância, identificação e rejeição. O locutor concorda com o enunciador mesmo que o enunciado não tenha como objetivo impor o ponto de vista de tal enunciador. Por exemplo, no enunciado *Pedro deixou de* **Letrônica**, Porto Alegre v.1, n.1, p.53, dez. 2008.

*fumar*, há duas indicações: o pressuposto *Pedro fumava antes*, e o afirmado, *Pedro não fuma agora*. Pela polifonia, temos E<sub>1</sub> *Pedro fumava antes*, uma pressuposição, ponto de vista aprovado pelo locutor, e E<sub>2</sub> *Pedro não fuma agora*, uma asserção, ponto de vista assumido pelo locutor, sendo este o enunciador cujo ponto de vista o locutor pretende impor. Em síntese, a pressuposição é o ponto de vista com o qual o locutor concorda, e o afirmado é o ponto de vista com o qual o locutor se identifica. A terceira atitude possível é a da rejeição, em que o locutor opõe-se a um enunciador, o que pode ser exemplificado com o enunciado humorístico. O locutor apresenta um ponto de vista absurdo que ele mesmo rejeita sem apresentar um outro ponto de vista que corrija o primeiro.

Aplicando a concepção polifônica de sentido ao enunciado *Sim, faz bom tempo, mas sinto dor nos pés*.<sup>3</sup>, verificamos que o locutor apresenta pelo menos quatro enunciadores: E<sub>1</sub> que contém o ponto de vista segundo o qual faz bom tempo; E<sub>2</sub> que justifica o convite para passear a partir do bom tempo; E<sub>3</sub> que apresenta a dor nos pés do locutor; e E<sub>4</sub> que conclui, a partir da dor nos pés, que não é possível passear. Em relação a E<sub>1</sub>, a posição do locutor é de aprovação, ele reconhece que faz bom tempo, mesmo que o enunciado não tenha como única finalidade enunciar o bom tempo. Em relação a E<sub>2</sub>, o enunciador que conclui pelo passeio, o locutor tem a atitude de rejeição. Em relação a E<sub>3</sub> (dor nos pés) o locutor apresenta o que pretende impor ao interlocutor, é com o que ele se identifica, assim como se identifica com E<sub>4</sub>. E<sub>3</sub> e E<sub>4</sub> apresentam a posição que o locutor: a recusa ao convite.

Como sempre ocorre um posicionamento do locutor em relação aos pontos de vista que apresenta, tem-se que o sentido de um enunciado é subjetivo e argumentativo. Assim, a linguagem não descreve diretamente a realidade, mas o faz por meio de aspectos subjetivos e intersubjetivos, aos quais Ducrot chama de *valor argumentativo*. O valor argumentativo de uma palavra (ou de um enunciado) é a orientação que essa palavra dá ao discurso, “é o conjunto de possibilidades ou impossibilidades de continuação discursiva que seu emprego determina.” (DUCROT, 1988, 51, tradução nossa).

Atualmente, a TAL encontra-se em sua terceira fase, chamada de Teoria dos Blocos Semânticos (TBS). Conforme Ducrot (2005), o sentido de um enunciado é constituído pelos discursos por ele evocados, que são chamados de *encadeamentos*

---

<sup>3</sup> Exemplo de Ducrot, 1988, tradução nossa.

*argumentativos*, os quais são formados por dois segmentos relacionados por um conector (X CON Y). Ao sentido que resulta desta relação dá-se o nome de bloco semântico. Os conectores podem ser do tipo *donc* (DC), que constrói uma regra, dando origem ao encadeamento chamado normativo; ou *pourtant*<sup>4</sup> (PT), que expressa a transgressão a uma norma, dando origem ao encadeamento chamado transgressivo. O encadeamento normativo é marcado por conectores do tipo *portanto*, como por exemplo:

Pedro é prudente, *portanto* não sofrerá acidentes.<sup>5</sup>

Se Pedro é prudente, *então* não sofrerá acidentes.<sup>6</sup>

Pedro não sofrerá acidentes *porque* é prudente.<sup>7</sup>

O encadeamento transgressivo é marcado por conectores do tipo *no entanto*:

Pedro é prudente, *no entanto* sofreu acidentes.

*Mesmo* sendo prudente, Pedro sofreu acidentes.

*Apesar de* ser prudente, Pedro corre o risco de sofrer acidentes.<sup>8</sup>

Os encadeamentos argumentativos são unidades fundamentais para a descrição semântica de uma entidade lingüística, e expressam os aspectos semânticos a esta relacionados. A relação entre aspectos semânticos e a palavra que estes aspectos descrevem ocorre de modo interno e externo, o que é explicado no item 1.2.

## 2.2 Argumentação interna e externa

Diz-se que a argumentação externa (AE) de uma palavra é construída pelos encadeamentos nos quais ela pode ser o primeiro ou o segundo segmento. A palavra *prudente*, conforme Ducrot (2005), dá origem a encadeamentos como<sup>9</sup>: *Pedro é prudente, portanto não sofrerá acidentes* ou *Pedro é prudente, portanto estará seguro*.

Por outro lado, há encadeamentos que se vinculam a essa palavra, de modo que ela exerça o papel de conclusão, como no encadeamento: *Pedro tem medo, portanto é prudente*.

---

<sup>4</sup> *Donc* e *pourtant* são conjunções do francês consideradas protótipos de conectores normativos e transgressivos, respectivamente. Traduzidas para o português, considera-se *portanto* (então, porque, pois, etc.) protótipo de conector normativo, e *no entanto* (mas, contudo, todavia, apesar de, mesmo que, etc) protótipo de conector transgressivo.

<sup>5</sup> Ducrot (2005, p. 14), tradução nossa.

<sup>6</sup> Ducrot (2005, p. 14), tradução nossa.

<sup>7</sup> Exemplo construído por nós.

<sup>8</sup> Esses três exemplos de encadeamento transgressivo estão em Ducrot (2005, p. 14), tradução nossa.

<sup>9</sup> Os exemplos de AE e AI, apresentados nesta seção, estão em Ducrot (2005, p. 62-65), tradução nossa..

Observa-se, então, que na AE de *prudente* a própria palavra constitui um segmento dos encadeamentos externos que a descrevem. Em resumo, AE de uma palavra é “a pluralidade dos aspectos constitutivos de seu sentido na língua e que estão ligados a ela de modo externo” (DUCROT, 2002, p. 9). A AE de uma palavra pode originar argumentações tanto normativas como transgressivas.

A argumentação externa de uma palavra pode ser estrutural ou contextual. A AE é considerada estrutural quando está prevista pelo próprio sistema da língua, se constituir parte da significação lingüística da palavra. Por exemplo, os aspectos *prudente DC segurança* e *prudente PT neg-segurança*<sup>10</sup> constituem parte da significação de *prudente*, uma vez que esta palavra está relacionada a *segurança* através do conector DC e a *neg-segurança* através do conector PT (cf. DUCROT, 2005, p. 64).

A AE é considerada contextual quando depende do contexto lingüístico. Encadeamentos como *é prudente, portanto merece nossa confiança* e *é prudente, no entanto não merece nossa confiança* só podem ser associados à palavra *prudente* pelo contexto, pois a relação entre *prudente* e *confiança* não está prevista no sistema da língua, pois depende exclusivamente do contexto discursivo.

Diferentemente da AE, a argumentação interna (AI) é constituída pelos encadeamentos que parafraseiam a palavra (ou o enunciado). É uma reformulação do aspecto da palavra, em que ela mesma não é um segmento do encadeamento. A AI da palavra, diferentemente da AE, pode ser ou normativa ou transgressiva. Na AI da palavra *prudente*, encontramos o aspecto normativo *perigo DC precaução*, mas não podemos encontrar o aspecto transgressivo *perigo PT neg-precaução*, uma vez que este aspecto constitui a AI de outra palavra: *imprudente*.

A AI de uma palavra também pode ser estrutural ou contextual. A AI é estrutural quando constitui a significação da palavra prevista no sistema da língua, como por exemplo a AI da palavra *prudente: perigo DC precaução*. Assim como a AE, a AI contextual de uma palavra também é definida pelo contexto discursivo em ocorre. No enunciado *Livre é aquele que faz o que a sociedade proíbe*<sup>11</sup> a AI de *livre* é proibido DC fazer, sentido que, segundo Ducrot (2005) certamente não está na língua, e que deve ser construído provavelmente por um locutor que se opõe às proibições impostas pela sociedade.

---

<sup>10</sup> A expressão “neg-” marca uma negação.

<sup>11</sup> Exemplo retirado de Ducrot (2005, p. 77), tradução nossa.

### 2.3 A noção de paradoxo

Após definidas argumentação interna e externa, Ducrot (2005) detém-se na análise da oposição *doxal* e *paradoxal* na linguagem, segundo a TBS. Por meio destas noções, distingue três classes de entidades – encadeamentos, palavras e sintagmas - que, segundo ele, são de grande relevância para a descrição semântica, visto que apresentam comportamentos bastante diferenciados.

Segundo Carel & Ducrot (2001) e Ducrot (2005), um encadeamento argumentativo (X CON Y) é considerado lingüisticamente doxal (LD) se pertencer a um dos aspectos da AE estrutural de X ou de Y. O encadeamento *havia perigo, então Paulo tomou suas precauções* é LD, uma vez que o aspecto ao qual ele pertence, *perigo DC precaução*, está inscrito na AE de *havia perigo*. No sentido desse encadeamento, *perigo* é motivo para se tomar *precaução*.

Por outro lado, o encadeamento *Paulo é prudente, portanto não confio nele*, não é LD uma vez que o aspecto ao qual pertence, *prudente DC neg-confiança*, não é estrutural a *Paulo é prudente*. Como já demonstrado na seção 1.2, a relação entre *prudente* e *confiança* é determinada pelo contexto discursivo e não pela própria língua.

Um encadeamento é lingüisticamente paradoxal (LP), se satisfizer duas condições. Primeira, dado um encadeamento X CON Y, este não pode ser LD. Segunda, o encadeamento *X CON' Y*, obtido pela simples inversão do conectivo presente em *X CON Y*, deve ser LD. O encadeamento (1) *Paulo é rico, portanto tem amigos* (X CON Y) atende à primeira propriedade dos LP: não é LD, pois o aspecto *rico DC amigos* não está inscrito na AE estrutural do segmento *Paulo é rico*, nem do segmento *tem amigos*. A relação entre *rico* e *amigo* é construída pelo discurso, pela interdependência semântica entre os termos. É o que ocorre também em *Paulo é rico, portanto não tem amigos*.

Para verificarmos se (1) é LP, basta invertermos o conectivo:

(1') *Paulo é rico, no entanto tem muitos amigos*.

Verifica-se que o aspecto *rico PT amigos* não está inscrito em *Paulo é rico*. Portanto não é LD. A relação entre *rico* e *neg-amigos* é construída no discurso. Por isso (1) não é lingüisticamente paradoxal.

Um exemplo de encadeamento LP é (2):

(2) *Mesmo que Pedro seja prudente, nada de mal acontecerá*.

Este encadeamento não é LD pois o aspecto ao qual pertence, *prudente PT neg-acidente*, não é estruturalmente ligado a *Pedro é prudente*. Mas, ao substituirmos o conector, constrói-se um encadeamento LD:

(2') *Pedro é prudente, portanto nada de mal acontecerá.*

O aspecto *prudente DC neg-acidente* é estruturalmente ligado a *Pedro é prudente*.

#### 2.4 A predicação

Considerando a noção de relação e os efeitos semânticos decorrentes de algumas operações sintáticas, Carel (2005) apresenta um estudo sobre a operação da predicação. A autora busca compreender a relação existente entre o sujeito e o predicado, e a importância dessa relação para o resgate do sentido do enunciado.

Segundo Carel (2000), o enunciado predicativo caracteriza-se por ser analisável sintaticamente em duas partes: o grupo do nome e o grupo do verbo. Para alguns lingüistas, adeptos da concepção clássica de predicação, o sentido desses enunciados é explicado em termos de relação da linguagem com o mundo extralingüístico. Assim, tendo o sentido ancorado no mundo exterior à linguagem, os enunciados predicativos representam uma mesma estrutura semântica, em que o sujeito gramatical (grupo do nome) indica um objeto ou um ser do mundo, e o predicado (grupo verbal) designa uma propriedade desse objeto. A predicação tem a função de atribuir a propriedade designada pelo grupo verbal ao objeto do mundo referido pelo sujeito gramatical.

Opondo-se a esta concepção tradicional, Carel (2000, 2005) apresenta a predicação do ponto de vista da Teoria dos Blocos Semânticos, classificando-a em dois tipos, os quais se distinguem pela origem do bloco semântico expresso pela frase. Em algumas frases o bloco provém de um dos grupos - sujeito ou verbo. Nesse caso, temos a *predicação centrada no grupo do sujeito gramatical* e a *predicação centrada no grupo verbal*, respectivamente. Em outras, o bloco é constituído por ambos os grupos, originando o que ela chama de *predicação conectiva*.

A predicação é considerada *centrada no grupo verbal* quando a AI e a AE da oração dependem da AI ou da AE do verbo. Vejamos alguns enunciados analisados pela autora<sup>12</sup>:

(3) *Pedro é prudente.*

---

<sup>12</sup> Todos os exemplos relativos à predicação, apresentados neste trabalho, encontram-se em CAREL (2005).

A argumentação interna (AI) de (3) evoca o aspecto *perigo DC precaução*, e pode ser parafraseada pelo encadeamento *se há perigo, Pedro toma precaução*. A AI de (3) é constituída por aspectos expressos pela AI de *prudente*, que constitui o grupo verbal da frase. O grupo do sujeito, neste caso *Pedro*, não intervém na AI do enunciado. Na frase *Seu amigo é prudente*, ocorre o mesmo, pois o grupo do sujeito *seu amigo* não intervém na AI e na AE de *Seu amigo é prudente*. Pode-se dizer, então, que (3) contém predicação centrada no grupo verbal, ancorada na AI de um dos termos desse grupo, no caso, o adjetivo *prudente*. Embora o grupo do sujeito não participe da determinação do bloco semântico, cumpre a função de selecionar os encadeamentos do aspecto.

Outro exemplo analisado pela autora mostra um caso de predicação centrada na AE de um termo do grupo verbal:

(4) *Pedro riu sem vontade.*

Este enunciado pode ser parafraseado pelo encadeamento *Pedro não estava feliz, no entanto riu*, que pertence ao aspecto *neg-contente PT rir*. Este aspecto está presente na AE à esquerda de *rir*, e na AI da expressão *riu sem vontade*. Resumindo, o aspecto presente na AI de (4), é o mesmo aspecto presente na AE de verbo *rir*.

Na AE de (3), temos encadeamentos tais como:

*Pedro é prudente, portanto nada de ruim lhe acontecerá.*

*Pedro é prudente, no entanto sofreu um acidente.*

*Pedro é medroso, portanto é prudente.*

*Pedro não é medroso, no entanto é prudente.*

Esses encadeamentos derivam de aspectos presentes na AE de *é prudente*. O mesmo acontece com a AE de (4), a qual podemos expressar por meio dos encadeamentos:

*Pedro riu sem vontade, portanto fez de conta que tudo estava bem.*

*Pedro poderia mostrar-se descontente, no entanto riu sem vontade.*

Os encadeamentos de (4) pertencem ao aspecto *neg-contente PT rir*, que constitui a AE de *rir sem vontade*. Assim, podemos dizer que em (3) e (4) a predicação é centrada no grupo verbal.

A predicação também pode estar centrada no grupo do sujeito, como no enunciado a seguir:

(5) *A melhora é leve.*

Na AI de (5) temos o encadeamento *a situação é complicada, portanto as coisas não estão bem*, que pertence ao aspecto *é complicado DC neg-está bem*. Mas esse aspecto apresenta-se converso na AI do grupo do sujeito: *estava mal PT está bem*, o que nos leva a entender que a predicação não está centrada em *a melhora*. A solução encontrada por Carel está na atuação do grupo verbal *é leve* sobre o aspecto contido no grupo do sujeito - *estava mal PT está bem* - transformando-o em *estava mal DC neg-está bem*. Assim sendo, o aspecto transgressivo contido na AI do sujeito, e tornado converso pelo aspecto normativo contido no grupo verbal, é o que provê a AI de (5).

Na AE do grupo do sujeito do enunciado em questão, estão contidos aspectos do tipo *melhora DC neg-preocupação*. Novamente, o grupo verbal (*é leve*) atua sobre o aspecto contido no grupo do sujeito, transformando-o em recíproco. Teremos então, na AE de 5, o aspecto *neg-melhora DC preocupação*, que nega a AE de *melhora*.

A predicação conectiva, de acordo com Carel (2005), ocorre quando o bloco da AI de um enunciado é constituído a partir de um termo do grupo do sujeito e um termo do grupo verbal. Pode ser do tipo normativa, em DC, ou transgressiva, em PT. O estudo dessa predicação restringe-se, portanto, à argumentação interna. Vejamos:

(6) *Obviamente os bons estudantes são aprovados.*

Em (6), as palavras *bons*, do grupo do sujeito, e *aprovados*, do grupo verbal, estão relacionadas através do conector DC, e a expressão *obviamente* orienta para uma interpretação conectiva, que se confirma no aspecto expresso pela AI do enunciado: *ser bom DC ser aprovado*.

(7) *A cegonha de bico comprido não pôde comer nada.*

Nesse enunciado, a expressão *de bico comprido*, integrante do grupo do sujeito, relaciona-se com o grupo verbal. Na argumentação interna do enunciado, o encadeamento pode ser parafraseado por *A cegonha tem um bico comprido, portanto não pôde apanhar a comida*. Temos, assim, uma predicação conectiva normativa. A argumentação contida em *bico comprido* orienta para a leitura conectiva.

A frase seguinte é um exemplo de predicação conectiva transgressiva:

(8) *Inclusive os maus estudantes aprovaram.*

O adjetivo *maus* e o verbo *aprovaram* estão vinculados pela conjunção *inclusive*, a qual orienta para leitura transgressiva. Na AI de (8), está presente o aspecto *são maus estudantes PT são aprovados*.

Uma última observação de Carel sobre a predicação refere-se ao tempo gramatical do grupo verbal. Para a autora, o tempo parece ter uma função semelhante à do termo *Pedro* em (3), a de selecionar entre os encadeamentos que pertencem ao aspecto exposto aqueles evocados pelo enunciado. Vejamos:

(3) *Pedro é prudente.*

(9) *Pedro foi prudente.*

Ambos pertencem ao mesmo aspecto *perigo PT precaução*, mas não evocam o mesmo encadeamento:

(3') Se há perigo, Pedro toma precauções.

(9') Houve perigo, de forma que Pedro tomou precauções.

Após a exposição dos principais conceitos da Teoria da Argumentação na Língua, necessários para a análise, passamos à aplicação dos mesmos ao estudo do texto.

### 3 Análise do texto

O texto que escolhemos foi retirado de Platão & Fiorin (1997). Trata-se de uma propaganda veiculada pela revista Isto é Minas, 97, de 29 de setembro de 1993. O texto apresenta também uma imagem, a qual, veremos mais adiante, tem fundamental importância para a compreensão do sentido.



Isto É Minas, 97, 29 set. 1993.

Nossa análise tem dois momentos. Primeiro, tomamos os conceitos de predicação, de encadeamento argumentativo e de argumentação interna e externa para analisar, em cada frase, as relações de sentido entre o grupo do sujeito e o grupo do verbo. Partindo desses conceitos, analisamos as relações de sentido entre as duas frases, para o que foi necessário recorrermos também à noção ducrotiana de paradoxo lingüístico.

No primeiro enunciado, *Gente também é bicho*, a AI da palavra *gente* evoca o aspecto *humano DC pessoa*, o qual está contido na AI do grupo do sujeito do enunciado. A AE contextual de *gente* orienta-se por aspectos do tipo *gente DC humano*, ou *gente DC neg-bicho*, dos quais pode derivar o encadeamento *é gente, portanto deve receber tratamento digno*.

No grupo verbal temos a predicação *é bicho*, cuja AI estrutural evoca o aspecto *neg-ser humano DC ser animal*. Observa-se, no entanto, que a AI de *bicho*, no enunciado em questão, é contextual, definida pela relação com o verbo *preservar*, expressa pelo aspecto *ser animal DC ser bem tratado*. O *bicho* de que trata o enunciado não tem o mesmo sentido da palavra determinado pelo sistema da língua, mas o sentido de um bicho que deve *receber atenção, ser bem cuidado*. Isso indica que a AI do grupo verbal (*é bicho*) também é contextual, composta pelo aspecto *ser animal DC ser bem tratado*. As possíveis AEs estruturais do segmento *é bicho* orientam-se pelo aspecto *Letrônica*, Porto Alegre v.1, n.1, p.62, dez. 2008.

*neg-ser humano DC ser animal*, e podem resultar em encadeamentos como *é bicho, então não é gente*. A AE contextual do segmento resulta no encadeamento *gente DC bicho*, presente no enunciado.

O que estabelece a relação entre as argumentações de *gente* e *bicho* é o vocábulo *também*, que impõe uma leitura conectiva da predicação, reforçando a importância de ambos os grupos (grupo do sujeito e grupo verbal) no sentido do enunciado. O grupo do sujeito contém em sua AI o aspecto *humano DC pessoa* (que pertence à AI de *gente*), cujo primeiro segmento é negado na AI estrutural do grupo verbal, *neg-humano DC animal*, (que pertence à AI estrutural de *bicho*). A palavra *também* constrói uma espécie de equivalência desses sentidos, impondo o domínio do sentido de *bicho* sobre o sentido de *gente*, conduzindo para a leitura normativa do encadeamento, cujo ponto de vista é expresso pelo aspecto: *gente DC bicho*. Este é ponto de vista com o qual o locutor se identifica, uma vez que é o que pretende impor ao seu interlocutor. O advérbio marca a polifonia - os não-ditos - do sentido desse encadeamento, expressa em aspectos como *gente PT neg-bicho*.

No segundo enunciado, *Preserve a criança brasileira*, temos uma predicação centrada no grupo verbal, na qual tem grande importância a expressão *a criança brasileira*. Vejamos: a AI de *criança* contém o aspecto *ser humano indefeso DC ser humano sem proteção*. Este aspecto está presente na AI da expressão *criança brasileira*, cujo sentido não se constrói em termos de origem ou nacionalidade que poderiam ser evocados, mas se constrói na medida em que remete à imagem presente na publicidade. Recorremos à imagem para não estabelecermos uma leitura de generalização que o texto, a princípio, não parece permitir. Ela orienta a evocação de discursos que podem constituir a AE de *criança brasileira*, que resulta no sentido de *criança abandonada*, de *criança de rua*. Assim, a criança que deve ser protegida é *a criança brasileira abandonada*, o que se confirma por uma das possíveis AEs desta entidade lingüística: *criança brasileira abandonada DC necessidade de proteção*. Esse aspecto contrasta com o aspecto normativo da AI do verbo *preservar*, que pode ser expressa pelo aspecto *cuidado DC proteção*. O segundo segmento dessa AI contrapõe-se ao sentido do segundo segmento da AI de *criança brasileira*. Vejamos:

AI de *criança brasileira*: *ser humano indefeso DC ser humano sem proteção*

AI de *preservar*: *cuidado DC proteção*

A AE de *preservar* é contextual e evoca o aspecto *preservar DC proteger a criança brasileira*.

Passamos agora, à análise da *relação entre os dois enunciados*. O primeiro enunciado é aparentemente paradoxal, uma vez que constrói uma relação entre duas expressões tidas como de sentido contrário. Aplicando a teoria (Ducrot, 2005), porém, o paradoxo lingüístico não se confirma. Vejamos: o encadeamento X CON Y é considerado paradoxal se X CON' Y pertencer à AE estrutural de X ou de Y. Diremos que *gente também é bicho* não é linguisticamente doxal, pois o aspecto ao qual pertence (*gente DC bicho*), não está ligado à AE estrutural nem de *gente*, nem de *bicho*. Fazendo a inversão simples do conector, o encadeamento também não resultará doxal:

A CON Y: ser gente DC ser bicho

A CON'Y: ser gente PT ser bicho

Para que o primeiro enunciado do texto seja considerado lingüisticamente paradoxal, o aspecto resultante da inversão de conector deverá ser doxal, o que não acontece. Por outro lado, deve-se considerar que a AI de *bicho*, neste discurso, é contextual, (*ser animal DC ser bem tratado*) e não estrutural, como requer a teoria. O mesmo ocorre com as AEs de *gente* e de *bicho*, que também são contextuais, isto é, estabelecidas no discurso. Tais argumentações não são propriamente sugeridas pelo sistema da língua.

O ponto de vista assumido pelo locutor no primeiro enunciado tem papel de argumento para o enunciado seguinte, orientando a evocação de aspectos relacionados ao verbo *preservar* e à expressão *criança brasileira*. Por outro lado, como já vimos, o sentido de *preservar* influencia a AI de *bicho*. Entre os dois enunciados, podemos construir o encadeamento *gente é bicho DC deve ser preservada*, que decorre da relação entre *preservação* e *bicho*. Tanto a AE de *bicho* quanto a de *preservar*, nesta propaganda, não são internas ao sistema da língua, mas sim, são construídas no discurso.

Observa-se que a relação entre *preservar* e *criança brasileira*, também é orientada pela relação entre os encadeamentos que derivam de *bicho* e de *preservar*, tais como: *é bicho DC deve ser preservado*, *criança brasileira é bicho DC deve ser preservada*. Esses encadeamentos apontam para a polifonia do discurso, a relação entre ditos e não-ditos, a partir dos quais é possível formalizar diversos enunciadores:

E<sub>1</sub> Pessoas não são animais.

E<sub>2</sub> Animais são bem cuidados.

E<sub>3</sub> Pessoas são bem tratadas.

E<sub>4</sub> Criança abandonada não é animal.

E<sub>5</sub> Criança abandonada não é bem cuidada.

E<sub>6</sub> Criança abandonada deve ser bem cuidada.

E<sub>7</sub> A criança abandonada deve ser bem cuidada assim como o são os animais.

Considerados esses pontos de vista, pode-se dizer que o sentido de *preserve a criança brasileira* decorre não somente da AI de *criança brasileira*, mas também do sentido resultante da argumentação do primeiro enunciado: *gente DC bicho*. O locutor se identifica com o ponto de vista expresso em E<sub>7</sub>, o que nos autoriza a descrever o sentido da propaganda através do encadeamento *animais são bem cuidados DC a criança abandonada deve ser bem cuidada*.

#### 4 Considerações finais

A análise proposta neste trabalho sugere que as ferramentas da Teoria da Argumentação na Língua permitem a elucidação do sentido que decorre das relações sintagmáticas construídas no próprio discurso. Vimos, nesta propaganda, que as noções de argumentação interna e externa auxiliam a compreender as relações entre palavras e entre enunciados, bem como a predicação, as relações entre os grupos nominal e verbal em um mesmo enunciado. Além disso, a noção teórica de paradoxo lingüístico tornou clara a existência de um encadeamento não paradoxal na propaganda, e levou-nos a perceber qual aspecto orienta a compreensão do anúncio: *animais preservados DC criança preservada*.

Com isso, entendemos que a teoria possibilita uma leitura que vai muito além daquela superficial, geralmente feita pelo leitor comum. E isso faz vislumbrar possibilidades de aplicação da mesma ao ensino da leitura e da produção textual.

#### Referências

BARRETO, R. M.. *Análise transacional da propaganda*. São Paulo: Summus, 1981.

CAREL, M. Para un tratamiento argumentativo de la predicación. *Revista Iberoamericana de Discurso y Sociedad*. Vol. 2, n. 4, dic 2000.

CAREL, M. DUCROT, O. O problema do paradoxo em uma semântica argumentativa. *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*. n. 8. jul-dez. 2001.

**Letrônica**, Porto Alegre v.1, n.1, p.65, dez. 2008.

CAREL, M. DUCROT, O. As propriedades lingüísticas do paradoxo: paradoxo e negação. *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*. n. 8. jul-dez. 2001.

CAREL, M. La concepción clásica de la predicación. In: CAREL, M.; DUCROT, O. *La Semántica Argumentativa: una introducción a la teoría de los bloques semánticos*. Trad. María Marta García Negroni y Alfredo M. Lescano. 1ª. ed. Buenos Aires: Colihue, 2005.

CAREL, M. La predicación centrada. In: CAREL, M.; DUCROT, O. *La Semántica Argumentativa: una introducción a la teoría de los bloques semánticos*. Trad. María Marta García Negroni y Alfredo M. Lescano. 1ª. ed. Buenos Aires: Colihue, 2005.

CAREL, M. La predicación conectiva. In: CAREL, M.; DUCROT, O. *La Semántica Argumentativa: una introducción a la teoría de los bloques semánticos*. Trad. María Marta García Negroni y Alfredo M. Lescano. 1ª. ed. Buenos Aires: Colihue, 2005.

DUCROT, O. Argumentación interna y argumentación externa. In: CAREL, M.; DUCROT, O. *La Semántica Argumentativa: una introducción a la teoría de los bloques semánticos*. Trad. María Marta García Negroni y Alfredo M. Lescano. 1ª. ed. Buenos Aires: Colihue, 2005.

PLATÃO & FIORIN. *Lições de texto: leitura e redação*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1997.

SANT'ANNA, A. Propaganda: teoria, técnica, prática, São Paulo: Pioneira, 1998.